

Filiado de PMDB paulista, vota mandato do presidente

São Paulo e Salvador — O PMDB de São Paulo, a exemplo do que fez o partido no Paraná, poderá promover um plebiscito entre seus 800 filiados, para saber qual o sistema de governo que preferem e quanto tempo acham que deve durar o mandato do presidente José Sarney. A proposta da consulta será apresentada na próxima reunião da comissão executiva regional do partido por seu vice-presidente, deputado federal Geraldo Alckmin.

O objetivo, segundo Alckmin, é aperfeiçoar a democracia interna no PMDB com a prática da consulta às bases e permitir que, no futuro, o mesmo método seja utilizado na escolha de candidatos a cargos majoritários. A diferença entre a proposta do PMDB paulista e do PMDB paranaense é a inclusão da pergunta sobre o sistema de governo.

“É preciso, primeiro, que os pemedebistas façam a escolha entre parlamentarismo e presidencialismo, para depois opinarem sobre a duração do mandato do presidente Sarney e seus sucessores”, argumentou Alckmin. Em sua opinião, se a opção for o parlamentarismo, o mandato do presidente pode ser até de seis anos, enquanto no presidencialismo “esse tempo é naturalmente encurtado”.

Para o presidente regional do PMDB, deputado Airton Sandoval, porém, “a consulta dentro do partido em São Paulo é praticamente impossível de ser realizada, dado o grande número de filiados”. Alckmin não vê esse empe-

culo, na medida em que as urnas podem ser distribuídas entre os 572 diretórios pemedebistas existentes no estado.

A institucionalização da consulta às bases, adverte Alckmin — o deputado federal mais votado do interior, com 125 mil votos no último pleito —, “será a única forma de evitar a explosão do partido no ano que vem”. Ele acha que somente com eleições internas, nos moldes das primárias dos Estados Unidos, será possível acomodar as tendências do PMDB em cada município, já que não existe mais sublegenda.

Lourenço adverte

“O PMDB está usando uma arma sobre a qual pode perder o controle”, advertiu o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, referindo-se às consultas sobre a duração do mandato do presidente Sarney.

Lourenço preveniu que, “como o governo não está numa fase de popularidade, uma consulta desse tipo vai fatalmente apresentar um resultado tendente à redução do mandato do presidente”.

O líder do PFL tem, entretanto, um juízo sobre a intenção das consultas: “Quem fizer isso agora, naturalmente está querendo um mandato menor para o presidente.” Lourenço acha “muito difícil” avaliar se uma pesquisa feita no âmbito dos filiados ao PMDB refletiria o sentimento da população.

Empresa de Lourenço terá cinco fazendas leiloadas

Salvador — A diretoria do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Desenbanco), confirmou a penhora pela justiça de cinco fazendas da Companhia de Agricultura e Pecuária Palestina, presidida pelo empresário e deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara Federal. As fazendas vão agora a leilão, em data a ser fixada pela Justiça, para ressarcir uma dívida contraída em 1977 e atualmente com valor superior a Cz\$ 13 milhões.

Serão leiloadas as fazendas Solta da Vargem, Lagoa Seca, Palestina, Timbó e Bonfim, situadas no município de Cravolândia, a 311 quilômetros de Salvador. O presidente do Desenbanco, Murilo Leite, disse em nota oficial que a execução da dívida da Companhia Palestina “foi promovida e concluída” no governo João Durval Carneiro e que a instituição financeira não tem “qualquer ânimo de tornar a questão um escândalo público”.

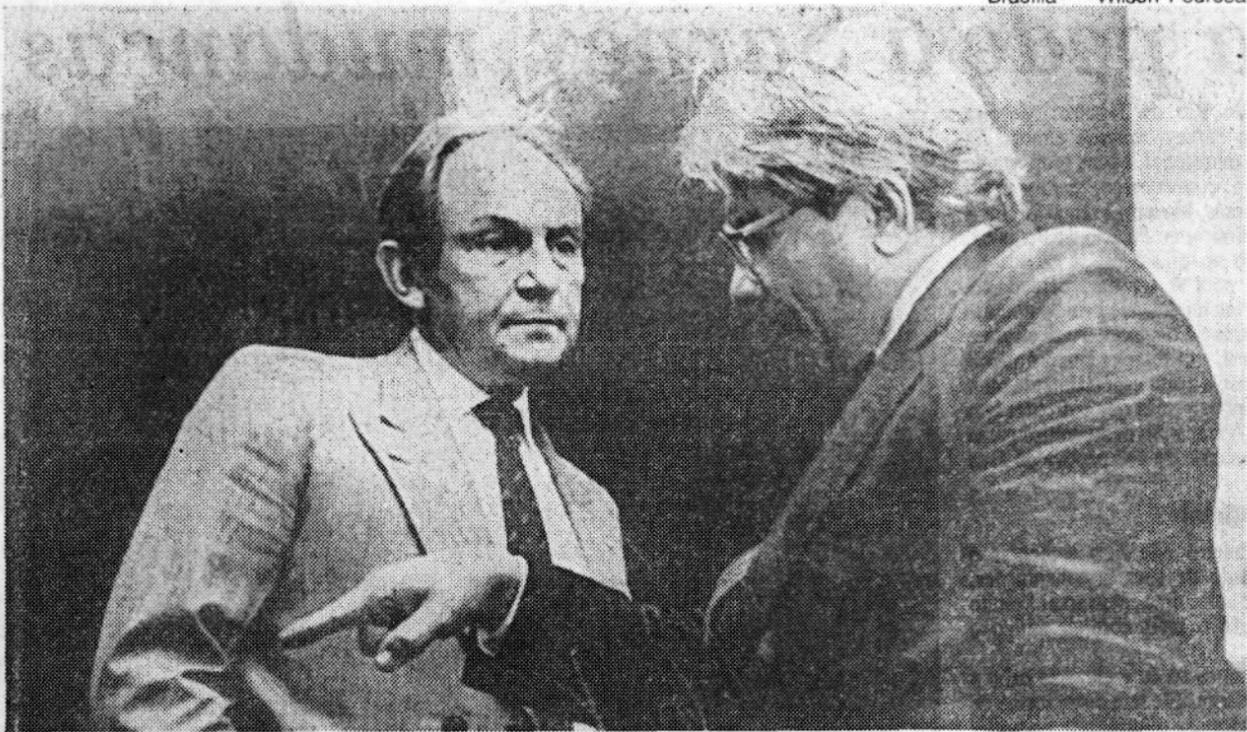
O leilão das fazendas do deputado José Lourenço foi divulgado em manchete na edição de ontem do jornal *Tribuna da Bahia*, propriedade do empresário Joaci Goes, deputado constituinte do PMDB baiano. A nota oficial da diretoria do Desenbanco salientou que a ação promovida pelo departamento jurídico do banco

visou defender os interesses da instituição. “O deputado é um cliente que está sendo tratado como qualquer outro”, conclui a nota.

A assessoria de imprensa do Desenbanco confirmou que a dívida da companhia Palestina, após ser contraída em 1977, teve uma primeira renegociação em 1980 e outra em 1982. A execução foi iniciada em 1984. Ontem, o deputado José Lourenço disse que a diretoria da sua empresa vai procurar o atual presidente do Desenbanco, Murilo Leite, que é primeiro suplente da bancada do PMDB baiano na Constituinte.

Explicou ainda o líder do PFL que em setembro do ano passado a dívida era de Cz\$ 6 milhões e ele propôs naquele mês um acordo ao Desenbanco, que foi recusado pelo ex-presidente, Raimundo Moreira. “Antes do final do governo passado, entretanto, me propuseram resolver a dívida e eu recusei para conversar com a nova administração. Sei que a diretoria está se comportando com dignidade”, acrescentou Lourenço.

O parlamentar informou ainda que relatou o seu caso como empresário na reunião de ontem do conselho político do governo, na presença do presidente José Sarney e do ministro da Fazenda, Dilson Funaro.



Leite Chaves(D) já conseguiu a adesão do relator da Sistematização, Bernardo Cabral

Senador tenta convencer Sarney a adotar já o parlamentarismo

Brasília — O senador Leite Chaves (PMDB/PR) vai ao presidente José Sarney logo após a Semana Santa tentar convencê-lo a apoiar seu projeto de emenda constitucional, via Congresso, que estabelece o regime parlamentarista já no atual governo. “É a única maneira de Sarney conservar os seis anos de mandato, manter o poder e a autoridade sem os desgastes do sistema presidencialista”, diz Chaves.

O projeto do senador paranaense institui o sistema parlamentarista misto e faculta sua adoção pelos estados e municípios, tendo sido inspirado no trabalho realizado pela Comissão Afonso Arinos, ano passado. Ele cria um Conselho de Ministros, com um presidente - pode ser, ou não, parlamentar - a ser indicado à Câmara pelo presidente da República, que terá poderes para exonerá-lo. O

presidente do Conselho dos Ministros seria responsável pela formação do ministério e pela direção superior da administração federal.

Proposta

Pela proposta, o presidente da República pode ainda dissolver a Câmara dos Deputados, no caso do presidente do Conselho pedir um voto de confiança à Casa e isso for recusado, por maioria absoluta de votos, num prazo de dez dias, a partir do pedido. Para dissolver a Câmara, o presidente tem de ouvir um Conselho de Estado, formado pelo próprio presidente da República, o seu vice, os presidentes da Câmara e Senado, o presidente do Conselho de Ministros, os líderes da maioria e minoria na Câmara e seis cidadãos - dois indicados pelo presi-

dente da República e dois eleitos pela Câmara e dois pelo Senado.

Uma Emenda constitucional necessita do apoio de 1/3 dos congressistas para ser apresentada e 2/3 de votos, tanto de deputados quanto de senadores, para ser aprovada. Em dois dias de recolhimento de assinaturas, o senador Leite Chaves já conseguiu o apoio de quase 30 senadores - para um total de 72 -, mais ainda é pequena a adesão dos deputados - menos de 10 por cento dos 487. “Mas a receptividade está até me surpreendendo”, diz Chaves, que já contabiliza alguns importantes apoios dentro do seu partido, como o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (A) e o senador Afonso Camargo (Pr). Ele anda à cata, agora, do apoio do seu colega de bancada, senador José Richa, que lidera uma fatia considerável de pemedebistas.

Ulysses quer presidencialismo “temperado”.

Brasília — Presidencialismo com temperos parlamentaristas: esta fórmula foi sugerida pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, durante um almoço com jornalistas no restaurante Piantella, como o caminho mais adequado para concluir com sucesso o processo de transição política do país.

O Brasil imaginado por Ulysses teria um presidente forte, mas um Congresso com poderes maiores que os atuais. Em vez de um primeiro-ministro, o deputado sugere a figura de um ministro coordenador do governo junto aos parlamentares, que poderia ser derrubado pelo Congresso.

Deputados e senadores também poderiam, segundo a fórmula do presidente da Constituinte, fazer pedidos de informação ao governo, que funcionariam como sumárias comissões parlamentares de inquérito. O Poder Executivo disporia de 30 dias para satisfazer a curiosidade do Congresso, e quem não respeitasse o prazo estaria sujeito a crime de responsabilidade.

As comissões técnicas passariam a ter o poder de convocar ministro de estado. E cresceria substancialmente o número de cargos do Poder Executivo sujeitos a aprovação prévia do Congresso Nacional. “Os males apontados no regime presidencialista brasileiro” — diz Ulysses —

“estão muito mais na prática brasileira do que no regime em si.” Para ele, o modelo norte-americano, dotado de fortes controles do Congresso sobre a Casa Branca, “talvez pudesse ser considerado o mais parlamentarista de todos, apesar da presença marcante do presidente.”

Olho no passado

Durante uma exposição de 15 minutos aos jornalistas, antes do almoço, Ulysses disse que via dois pólos no processo de implantação de democracia no Brasil. O primeiro deles é a Constituinte, que classificou como “o poder supremo do país”, e o segundo o próprio governo, responsável, na sua opinião, pela transformação em realidade dos “compromissos de mudança assumidos em praça pública”.

Por poder tanto — argumenta o deputado —, ela deve preocupar-se em saber o que faz, para não repetir insucessos do passado. “O presidente João Goulart podia mais do que sabia”, comparou. “E se a Constituinte não tiver sabedoria na mesma proporção em que tem poder, poderá funcionar como um bumerangue”.

Segundo ele, os constituintes não devem tentar inserir na Constituição temas que caibam na legislação ordinária. O texto constitucional deve se ater aos

temas institucionais. E, segundo seus cálculos, dispor de no máximo 200 artigos: “Devemos ser sucintos para manter o senso de hierarquia e evitar a desordem e a bagunça”.

Prazos

Além de concisos, os constituintes precisam ser rápidos, na opinião de Ulysses. Ele não quer aumentar o prazo estabelecido para a aprovação do novo texto, que termina em 15 de novembro, e informa que o plenário, responsável pelo debate após concluído o trabalho das comissões e subcomissões, será convocado à noite, aos sábados e domingos, se necessário, para respeitar da data-limite.

Para enfrentar as dificuldades que certamente surgirão nessa época, decorrentes das diferenças ideológicas entre os constituintes, Ulysses já classificou o tema da próxima constituição em três tipos: os consensuais, como os que tratam das liberdades democráticas; os conflituosos, a exemplo dos que estabelecem o regime de governo e o sistema tributário; e os inovadores, como os que asseguram ao cidadão do direito de ser informado a respeito do que consta nos arquivos oficiais a seu respeito. Para facilitar o andamento dos trabalhos, Ulysses vai sugerir aprovação rápida para os consensuais e discussão posterior dos demais.